

**PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO CELSO DE MELLO NA SESSÃO
PLENÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE 17/03/2016**

Os meios de comunicação **revelaram**, ontem, que conhecida figura política de nosso País, **em diálogo telefônico** com terceira pessoa, **ofendeu, gravemente, a dignidade institucional** do Poder Judiciário, **imputando** a este Tribunal a grosseira e injusta qualificação de ser "uma Suprema Corte totalmente acovardada"!

Esse insulto ao Poder Judiciário, **além de absolutamente inaceitável e passível da mais veemente repulsa** por parte desta Corte Suprema, **traduz, no presente contexto da profunda crise moral que envolve os altos escalões da República, reação torpe e indigna, típica de mentes autocráticas e arrogantes** que **não** conseguem esconder, **até mesmo em razão do primarismo** de seu gesto leviano e irresponsável, **o temor pela prevalência do império da lei e o receio pela atuação firme, justa, impessoal e isenta** de Juízes livres e independentes, **que tanto honram a Magistratura brasileira e que não hesitarão, observados os grandes princípios consagrados pelo regime democrático e respeitada a garantia constitucional do devido processo legal, em fazer recair sobre aqueles considerados culpados, em regular processo judicial, todo o peso e toda a autoridade** das leis criminais de nosso País!

A República, Senhor Presidente, **além de não admitir privilégios, repudia a outorga de favores especiais e rejeita a concessão de tratamentos diferenciados** aos detentores do poder **ou a quem quer que seja**.

Por isso, Senhor Presidente, **cumpra não desconhecer que o dogma da isonomia, que constitui uma das mais expressivas virtudes republicanas, a todos iguala, governantes e governados, sem qualquer distinção, indicando que ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade das leis e da Constituição de nosso País, a significar que condutas criminosas perpetradas à sombra do Poder jamais serão toleradas, e os agentes que as houverem praticado, posicionados, ou não, nas culminâncias da hierarquia governamental, serão punidos por seu Juiz natural na exata medida e na justa extensão de sua responsabilidade criminal!**

Esse, Senhor Presidente e Senhores Ministros, **o registro** que desejava fazer.